

As festas cívicas e a sua arquitetura efêmera na Vitória (ES) da 1ª República

The civic festivities and their ephemeral architecture in the municipality of Vitória (ES) on the 1st Republic

<https://doi.org/10.1590/1982-02672023v31e1>

NELSON PÔRTO RIBEIRO¹

<https://orcid.org/0000-0001-8557-2232>

Universidade Federal do Espírito Santo / Vitória, ES, Brasil

RESUMO: O artigo a seguir trata das continuidades e permanências de festas que tiveram suas origens no início da Idade Moderna e que sobreviveram, com significados distintos, até o final da 1ª República em território capixaba. Apesar da República recém instaurada estar impregnada do pensamento iluminista atualizado pelo positivismo de Comte, seus propósitos para a construção de uma nação e seus cidadãos envolviam a continuidade de tradições e simbolismos na execução daquilo que chamamos de festas cívicas e que derivam, paradoxalmente, de modelos criados no absolutismo monárquico.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura efêmera. 1ª República. Ecletismo.

ABSTRACT: The following article deals with the continuities and permanencies of festivities that had their origins in the early Modern Age and that survived, with different meanings, until the end of the 1st Republic in Espírito Santo, Brazil. Despite the newly established Republic being impregnated with Enlightenment thought updated by Comte's positivism, its purposes for the construction of a nation and its citizens involved the continuity of traditions and symbolism in the execution of what we call civic festivities, that derive, paradoxically, from models created in monarchical absolutism.

KEYWORDS: Ephemeral architecture. 1st Republic. Eclecticism.

1. Professor Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutor em História Social pela UFRJ. Fez estágio sênior (pós-doutoral) na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (2009) e no Instituto de História da Arte da FCSH da Universidade de Lisboa (2019). É professor permanente do doutorado em História da UFES e Pesquisador do CNPq. E-mail: nelsonporto.ufes@gmail.com.

2. Starobinski (1994, p. 87, tradução nossa).

3. *Ibid.*

4. Ribeiro (2016, p. 140).

5. Soares (1786, f. 8r).

INTRODUÇÃO

O Antigo Regime foi “pródigo em festas públicas, [...] sob o comando dos melhores arquitetos, construía-se, por poucas horas, um décor de teatro em plena rua, arcos de triunfo, figuras alegóricas, fontes de vinho”.² Fossem estas festas procissões religiosas, comemorações ltuosas ou de alianças matrimoniais dos príncipes reinantes, ou ainda, entradas reais. Nestas ocasiões, o povo era sempre intimado a participar de cerimônias em que, como numa grande procissão, desfilavam organizadamente os distintos estamentos da sociedade: guardas, oficiais, clero, nobres e príncipes, e nas quais tudo “se acabava nas iluminações e nos fogos de artifício. Obras de arte efêmeras e movediças, das quais os gravadores nos legaram alguns instantâneos”.³

Estas festas, realizadas com grande pompa na metrópole portuguesa a partir, em especial, do governo dos Felipes, tiveram também alguma repercussão nas colônias.

Evidentemente a distância da metrópole e a dificuldade na comunicação, além da pobreza do poder municipal local, diminuía o lustro do aparato destas festas coloniais, mas não sua significação simbólica, diretamente conectada à cosmogonia do Antigo Regime: arquiteturas do efêmero construídas para poucos dias, prenes de significados alegóricos que associavam as festividades e os príncipes homenageados com os acontecimentos gloriosos do passado mítico.⁴

Nas festas realizadas a mando do vice-rei D. Luiz de Vasconcellos no Rio de Janeiro de 1786 para celebrar as bodas do infante D. João com a infanta de Espanha Carlota Joaquina, o programa genérico do Antigo Regime de, nas suas festas, entrelaçar a ordem cósmica com a monarquia, fazendo a natureza toda se regozijar, estava presente, por exemplo, quando Vulcano, descendo do carro alegórico, declamava diante da plateia e do vice-rei, os seguintes versos: “Neste dia Himeneu, que venturoso / Da Ibéria, e Lusitânia a gloria encerra, / Inunda de prazer o Céu e a terra”.⁵

Alguns documentos significativos restaram das festas realizadas na cabeça da América portuguesa: Salvador e, depois, Rio de Janeiro. Com bem mais dificuldade conseguimos documentar essas festas nas Capitánias, particularmente na do Espírito Santo, mas ao longo do século XIX, quando o Antigo Regime ainda não tinha acabado, e mesmo ao longo do Império, que manteve tanto das características mentais e ritualísticas do período anterior, estas festas ainda aconteciam, e, curiosamente, não foram extintas com o advento da República, como veremos.

O iluminismo, a rigor, entre outras coisas, tentou aniquilar toda ideia de uma comunicação simbólica tradicional, sendo o corte instituído na prática religiosa e

simbólica da humanidade bem profundo: “O iluminismo não se contentou com uma Reforma; o que ele quis abater foi a cruz; o que quis manchar foi a ideia de uma comunicação de Deus com o homem, de uma revelação; o que quis destruir foi toda uma concepção religiosa da vida”.⁶

A partir de então, a alegoria barroca com a sua riqueza simbólica desaparece, substituída pela alegoria revolucionária, aquela das festas laicas da República, que se democratizam, não necessitando mais de um polímata para ser elaborada e/ou compreendida.⁷

O culto cívico da família e da pátria através da veneração de seus luminares era um dos propósitos das ideias políticas e filosóficas dos positivistas que estiveram à frente da Proclamação. “A glorificação dos grandes nomes [...] elevando a veneração humana, é uma realização do culto externo da religião da Humanidade”,⁸ dizia à época um importante correligionário.

Embora a ortodoxia positivista tenha ficado em segundo plano na direção do Estado durante a 1ª República, no campo cultural, da formação do imaginário e da construção dos símbolos republicanos⁹ – fosse através da construção de monumentos públicos, fosse através das cerimônias de culto, fosse por meio da elaboração da própria constituição brasileira de 1891 –, ela acabou predominando nas diretrizes a serem adotadas, muito provavelmente devido ao peso que esta corrente tinha nas classes ilustradas que formaram o ideário político e imaginário da época,¹⁰ através daquilo que mais de um autor denominou como a predominância de um positivismo difuso.¹¹ Essa, pelo menos, é a tese que defendemos aqui.

No caso do Espírito Santo, alguns dos primeiros governos provinciais na passagem do Império para a República tiveram viés positivista. Segundo Lins (1964), foram claramente positivistas os seguintes presidentes da Província e do Estado: Herculano Marcos Inglês de Souza (1882); Afonso Claudio de Freitas Rosa (1889-1890); José de Melo Carvalho Moniz Freire (1892-96 e 1900-04) e Graciano dos Santos Neves (1896-97).

“A figura mais eminente do positivismo capixaba”,¹² de acordo com Lins, seria José de Melo Carvalho Moniz Freire (1861-1918), que governou o estado durante a 1ª República por dois quadriênios e, além de ter sido um dos responsáveis pelas grandes transformações que a cidade de Vitória recebeu à época, foi também editor do mais importante diário capixaba, *A Província...*, depois *O Estado do Espírito Santo*, que veio a lume durante o período de 1882 a 1911, por quase trinta anos, um periódico que propagava o ideário positivista e que tinha como lema o refrão “Ordem e progresso”.¹³

6. Hazard (1991, p. 10).

7. Ribeiro (2016, p. 177).

8. Saturnino Cardoso apud Lins (1964, p. 241).

9. Ainda que à triade consagrada pela historiografia oficial das personalidades pátrias que até aquele momento ilustravam a ‘marcha da civilização’ nacional, e que era constituída por Tiradentes, Pedro I e Deodoro o positivismo tivesse preferido e tentado implantar Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant (CARVALHO, 2017, p. 42). E, ainda que não tenha obtido êxito total neste propósito, não há dúvida que conseguiu transformar Bonifácio e Constant em figuras-chaves deste ideário – veja-se por exemplo o grande programa alegórico de ‘constituição da nação brasileira’ que é a fachada do Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro – atual assembleia Legislativa mas construído para sede da Câmara de Deputados da nova República: nos dois grandes grupos alegóricos do coroamento, Bonifácio é representado ao lado do imperador à cavalo e Constant, também à pé, ao lado do general à cavalo. A respeito deste programa alegórico ver Leite e Ribeiro (2012, p. 34).

10. O pensamento positivista predominava na Escola Militar e na Politécnica, ambas no Rio de Janeiro, assim como na Faculdade de Medicina de São Paulo. A este respeito ver Lins (1964).

11. ‘O positivismo, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica [...] Em muitos casos, o papel predominante, politicamente, do positivismo, não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou da religião, mas o estado de espírito e o clima de opinião

que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas' (Sergio Buarque de Holanda apud Alonso, 1995, p. 4).

12. Lins (1964, p. 227).

13. Ribeiro (2021, p. 89).

14. Maravall (1996, p. 507, tradução nossa).

15. Hawkesworth (1773, v. 2. p. 28, tradução nossa).

16. Brelín (1955, p. 116).

Em seguida, examinaremos as festas de maior repercussão na América portuguesa para de imediato verificar a continuidade que tiveram na esfera oficial da 1ª República capixaba.

PROCISSÕES

Das festas barrocas que o positivismo parece ter incentivado ao longo da 1ª República, não se encontravam as procissões – a mais perfeita expressão cerimonial do espírito exaltado do catolicismo tridentino.

De acordo com Maravall é na época do Barroco que a procissão – esta expressão pública do fervor e do transe coletivo religioso – toma toda sua dimensão histórica e artística, pois “não somente o gosto pelo desfile anônimo, mas também o interesse por sua força plástica configurativa, torna-se uma das razões para que se propague tanto em Espanha e passe ao estrangeiro, a procissão”.¹⁴

Das festas herdadas do Renascimento, a procissão religiosa foi o ritual mais presente na cultura urbana da América portuguesa do século XVIII. Viajantes de países do norte europeu, onde as ideias do iluminismo predominavam, eram unânimes em constatar que não se passava um dia sequer sem que uma procissão passasse acompanhada por músicos, soldados e padres ou que se entoasse um *Te Deum* em ação de graças. O Capitão James Cook, de passagem pelo Brasil em 1768, observou: “Existem mais procissões religiosas neste lugar do que em qualquer país papista da Europa”.¹⁵

No mundo luso americano, como não podia deixar de ser, as procissões eram inúmeras e sobre os mais distintos propósitos: procissão com características festivas, comemorativas do natalício de um santo ou a procissão de júbilo por uma graça alcançada, amiúde com faceta lutuosa, procissões fúnebres, procissão de Corpus Christi, procissão de penitência etc.

Os poderes taumatúrgicos da procissão foram sempre reconhecidos como fortes na mentalidade do cristianismo ibérico, constituindo-se muitas vezes num ritual de expurgo e purificação para se alcançar a graça almejada; veja-se por exemplo o caso da enorme procissão de penitência que se realizou em Lisboa exatamente um ano após o grande terremoto de 1755, quando os apocalípticos previam que um terremoto mais forte ainda viria para terminar o “serviço” do primeiro, no testemunho de um viajante sueco que chegou em Lisboa no final de outubro de 1756.¹⁶

As procissões em Vitória, cabeça da Capitania do Espírito Santo, eram as usuais do mundo português, e, ao longo do século XIX, foram promovidas conjuntamente pelo Estado e pela Igreja, ainda no contexto do acordo do Padroado, que se manteve após a Independência.

A Procissão da Padroeira da Província – N. Sra. da Victoria – era organizada pela Câmara Municipal, que criava, para os festejos, “alguns divertimentos públicos”.¹⁷ Ou a importante procissão do Senhor dos Passos na qual em 1849, por determinação governamental, deveriam ser “rendidas as guardas de palácio, cadeia etc. desta cidade”.

Embora os positivistas vissem os católicos de forma afirmativa, como veremos melhor a seguir, esse tipo de festa específica, com seu caráter exaltado típico do cristianismo pré-iluminista, não foi adotada pelo positivismo da 1ª República como uma festa cívica, com raras exceções, como no caso de uma procissão fúnebre: entre os gastos custeados pelo Governo de Minas Gerais em Belo Horizonte em 1898 à memória de Floriano Peixoto, estava o custo de uma procissão fúnebre¹⁸ – mas esse tipo de celebração estava associado a funerais ou a exéquias solenes, essas sim, com forte envolvimento estatal da 1ª República.

De forma geral, no período republicano o Estado já não mais se envolvia na organização das procissões religiosas usuais, assim como a participação porventura de um membro do governo numa dessas celebrações se fazia por uma questão unicamente de cunho pessoal.

EXÉQUIAS

As exéquias são solenidades de “honras funerárias na morte de alguém”¹⁹ e, pelo que se sabe, aconteceram ao longo da história humana nas mais distintas culturas e épocas quando da morte de um chefe ou de um guerreiro de distinção. Homero, por exemplo, descreve na *Ilíada* as honras fúnebres que Aquiles determinou quando da morte de Pátroclo, inclusive com a realização de jogos esportivos.²⁰

Na tradição portuguesa, as exéquias aconteciam enquanto solenidades religiosas nos funerais, e nas missas de 7º e de 30º dia, quando do falecimento de um príncipe da casa reinante, de um grande ou de um príncipe da igreja.

No passado, as mais pomposas eram as exéquias de 30 dias – nas colônias, em função da distância e do atraso das notícias, muitas vezes aconteciam mais tarde e eram as únicas possíveis –, quando havia então a possibilidade da

17. *Correio da Victoria* (1849, p. 4).

18. *Minas Gerais* (1898, p. 8).

19. Cf. Bluteau (1712-1728).

20. Homero, *Ilíada*, 23.250.

21. Ribeiro (2016, p. 37).
22. *Commercio do Espírito Santo* (1909a, p. 1).
23. *Diario da Manhã* (1920, p. 2).
24. Oliveira (2008, p. 97).
25. Daemon (2010 [1879], p. 158).
26. Novaes (1968, p. 81).
27. Bonicenha (2004, p. 66).

preparação do templo através da construção de uma arquitetura efêmera de grande qualidade decorativa. “O período do barroco cultivou ao excesso este tipo de festividade lutuosa e ainda no século XIX a corte portuguesa no Rio de Janeiro se excedia nestas comemorações, mais do que nas demais”.²¹

A imprensa capixaba na passagem do século XX deixa entrever que a missa de 7º dia é distinta das exéquias solenes que acontecem no 30º dia, pois nesta última cerimônia havia tempo para a preparação do templo através da construção de uma arquitetura efêmera de qualidade artística,²² mas não apenas, pois as exéquias solenes estavam imbuídas também de grande carga simbólica com a construção de um túmulo metafórico onde o corpo do defunto não estava presente, mas que nem por isso deixava de receber absolvição da autoridade eclesiástica que presidia o ritual.²³

A história das exéquias em território capixaba é de difícil reconstrução por falta de documentação – ao contrário, por exemplo, das exéquias realizadas na Corte, que foram sempre seguidas da publicação de panegíricos que não apenas faziam o elogio do defunto, mas também descreviam minuciosamente as cerimônias e suas arquiteturas efêmeras.

As primeiras exéquias de que temos notícia no território espírito-santense foram as realizadas por volta de 1560, e que de corpo presente e “con gran ponpa y solenidade” honraram o filho de Maracaia-guaçu, que “gozava do maior prestígio junto a Vasco Coutinho e aos jesuítas [...] Dias depois do sepultamento, houve um ofício cantado, assistido pelo capitão, que fez o chefe temiminó tomar assento entre si e seu filho Vasco Fernandes”.²⁴

Daemon menciona também a realização de “solenes exéquias” para Anchieta na Igreja de São Tiago, para onde os índios de Reritiba tinham trasladado seu corpo quando da sua morte em 1597 e onde houve “uma concorrência extraordinária de povo”.²⁵

Também sabemos que seguindo uma missa de Ação de Graças em que houve exposição do SS. Sacramento pela saúde de El-Rei D. Pedro II em 1705,²⁶ no ano seguinte, os capixabas realizaram exéquias pelo soberano, celebradas na Matriz de N. S. da Vitória.²⁷

As demais comemorações ltuosas das quais encontramos registro já são da segunda metade do século XIX, quando então existia uma imprensa local para relatar estes eventos.

As mais importantes foram as que se realizaram na Capela Nacional (antiga igreja de São Tiago dos jesuítas) em 1871, por ocasião do passamento de D. Leopoldina, Duquesa de Saxe e filha do imperador. A Secretaria Militar da Província

determinou, então, “que oficiais e praças desta guarnição” tomassem luto por trinta dias “sendo quinze pesado e quinze aliviado”.²⁸ Houve discurso do Presidente da Província no ato religioso e poesia publicada na imprensa, de autoria de Cirne Lima.²⁹ “O ato esteve imponente, porque foi considerável o número de pessoas que a ele concorreram [...] via-se no centro da mesma (igreja) um cenotáfio”.³⁰

Quando da visita pastoral à Província do Bispo D. Pedro de Lacerda em 1880, celebraram-se exéquias de 284 anos do passamento do Padre José de Anchieta na Capela Nacional, que “estava ornamentada convenientemente e levantada no centro um modesto catafalco expressamente erigido para tal fim [...] fez as honras fúnebres uma guarda de honra, que ao finalizar as exéquias deu três descargas”.³¹

O cenotáfio, eça ou catafalco era uma espécie de “túmulo honorífico do defunto, não estando o corpo presente”.³² Era uma arquitetura do efêmero construída em madeira e forrada de tecidos suntuosos, em geral na forma de pirâmide. Em definição mais precisa: “túmulo piramidal, cheio de muitas luzes, que se levanta no meio de uma igreja, e de baixo do qual se põem o féretro, ou representação de algum morto, a quem se querem fazer as maiores honras”.³³ Sendo a pirâmide a representação clássica do túmulo desde os faraós egípcios e reatualizada pela simbologia do Renascimento, que perdurou ao menos até o final do século XIX como símbolo da imortalidade e da vida eterna.

A eça, propriamente dita, evolui do Renascimento de simples dossel arquitetônico por sobre o túmulo honorário, composição sóbria como a das exéquias do Príncipe Teodósio em 1653 na cerimônia realizada em sua honra em Londres pelo embaixador português (Figura 1a), até o cenotáfio construído na Sé Patriarcal de Lisboa, quando das Exéquias de D. João V, “este último, de gosto absolutamente barroco e lúbrico, onde os reposteiros de veludo negro e franja dourada contrastavam com os assustadores esqueletos prateados, ornando as colunas marmóreas que sustentavam o dossel”³⁴ (Figura 1b).

28. *Correio da Victoria* (1871, p. 2).

29. *Ibid.*, p. 3.

30. *O Espírito Santense* (1871, p. 1).

31. *O Espírito Santense* (1880a, p. 2).

32. Cf. Bluteau, op. cit.

33. Cf. Moraes e Silva (1831).

34. Ribeiro (2016, p. 40).

35. *Correio da Manhã* (1912, p. 2).

36. *O Espírito Santense* (1880b, p. 2).

37. *A Folha da Victoria* (1885, p. 2) e *A Província do Espírito Santo* (1889, p. 2).

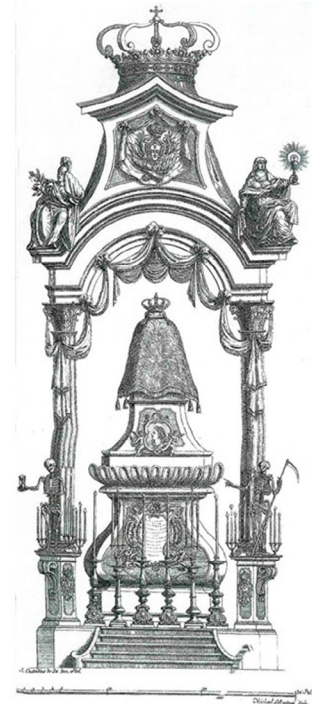
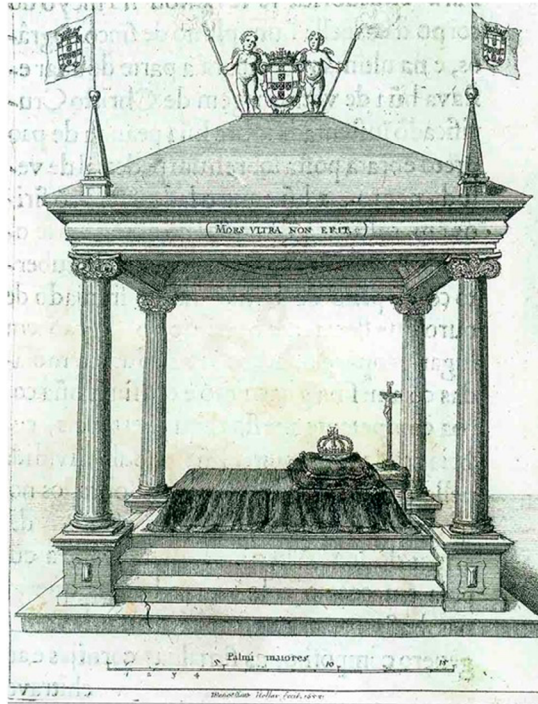


Figura 1a – À esquerda. Eça construída em Londres pela legação portuguesa para as exéquias de D. Teodósio em 1653. Figura 1b – À direita. Eça construída na Sé Catedral de Lisboa em 1750 para as exéquias de D. João V. Fonte: Pereira (2000, p. 257).

No século XIX, a eça parece retomar a circunspeção que ela teve no século XVII; libera-se dos símbolos lúgubres do barroco e, numa configuração mais clássica – a pirâmide recoberta de veludo negro e ladeada por castiçais de prata –, incorpora emblemas relacionados à biografia do defunto, como no caso dos funerais do Barão de Rio Branco no Rio de Janeiro, quando a família empresta o “espadim e o chapéu armado”³⁵ do diplomata, que, provavelmente, denotavam o seu pertencimento à prestigiosa Academia Brasileira de Letras, já que o Barão não foi militar.

À época do Império, as exéquias em geral eram patrocinadas pelo governo provincial, mas também podiam ser patrocinadas por grupos distintos da sociedade: as exéquias do Visconde do Rio Branco em 1880, que tiveram lugar na Capela da Venerável Ordem 3ª do Carmo em Vitória, por exemplo, foram feitas às expensas do Partido Conservador local.³⁶ Já as exéquias aos reis portugueses D. Fernando, em 1885, e D. Luís I, em 1889, ambas já após a independência brasileira, foram patrocinadas pela colônia portuguesa em Vitória. Isso não significava que não tivessem a investidura oficial pois não apenas receberam o beneplácito de serem oficiadas na Capela Nacional, como também tiveram direito à guarda de honra formada pelo destacamento de infantaria da Província.³⁷

No início da República, com a separação entre o Estado e a Igreja e os receios relativos a uma imputação de monarquismo, as exéquias para membros da deposta família imperial deixaram de acontecer. É o caso, por exemplo, da inexistência de referência na imprensa capixaba a qualquer tipo de culto religioso celebrado quando do falecimento em Lisboa de D. Teresa Cristina, que ocorreu praticamente um mês após a Proclamação. Três anos depois, em 1892, a sociedade capixaba já se considerava suficientemente resguardada para realizar exéquias por um ano do falecimento do “cidadão Pedro de Alcântara” (D. Pedro II), as quais foram celebradas na igreja da Misericórdia em Vitória.³⁸ Não temos descrições dessas exéquias e sabemos que foram modestas – aparentemente, dessa vez, o poder público não participou, sequer enviando guarda de honra.

Porém, o caráter oficial das exéquias solenes aos grandes não havia desaparecido. A 1ª República continuava, tal como o século XVI português, a patrocinar oficialmente este tipo de cerimônia.

Quando do falecimento do Barão do Rio Branco em 1912, tanto o governo federal quanto os governos estaduais determinaram realização de exéquias solenes. Também, as legações diplomáticas brasileiras no exterior se responsabilizaram por estas cerimônias: exéquias aconteceram em algumas cidades europeias e da América do Sul. Em Lisboa, na Igreja de São Domingos, em Paris, foram realizadas na Igreja da Madalena com a presença do corpo consular brasileiro e dos condes D’Eu, de representante do presidente Poincaré e de inúmeras personalidades políticas e da elite intelectual, como o escritor Anatole France, com numerosíssima audiência da colônia brasileira e portuguesa local, calculados em “número superior a seiscentos”.³⁹

Embora fossem cerimônias religiosas e o caráter positivista da 1ª República tivesse imposto a separação entre Igreja e Estado, os positivistas não eram avessos ao culto dos antepassados – ao contrário, na verdade, a exemplo do Espírito Santo onde no final do século XIX, positivistas envolveram-se numa disputa posicionando-se ao lado dos conservadores contra a expulsão dos cemitérios do centro histórico da cidade e afirmando que naqueles dias “só os crassamente ignorantes ainda desconhecem a inocuidade dos cemitérios”.⁴⁰ Saturnino de Brito, engenheiro sanitário e positivista que atuou à época e elaborou o Projeto do Novo Arrabalde, sustentou a posição do grupo em relação à construção de um cemitério: “O Morro Barro Vermelho, é o único no perímetro do Novo Arrabalde, que tem condições favoráveis, quanto a área [...] Acresce que, achando-se situado na região central do núcleo, proporciona facilidade material para desenvolver o culto aos mortos”.⁴¹

Além de defenderem o culto familiar dos antepassados, o projeto positivista estimulava também o culto aos heróis da nação – o culto cívico –, aqueles que tinham

38. *Commercio do Espírito Santo* (1892, p. 3).

39. *A Imprensa* (1912, p. 4).

40. Brito (1896, p. 25).

41. *Ibid.*

42. Lins (1964, p. 559).

43. Carvalho, op. cit., p. 138.

44. De fato, parece ter existido um hiato na realização de exéquias solenes nos primeiros anos da República, é pelo menos assim como interpretamos o fato de que apesar dos funerais faustosos acontecidos no Rio de Janeiro quando do falecimento do Marechal Floriano Peixoto em 1895, não encontramos registros na documentação coeva capixaba de exéquias solenes realizadas em Vitória em sua homenagem.

45. *Diário da Manhã* (1908, p. 1).

conduzido a sociedade 'à marcha do progresso', fossem pensadores ou políticos notáveis, a exemplo do que a República francesa fizera erigindo o seu Panteão.

Embora a rigor fossem ateus, pois o positivismo queria substituir a metafísica e a teologia por um "sistema universal de educação [...] ao qual denominou [...] Religião da Humanidade",⁴² o positivismo via com bons olhos os rituais, tal como as exéquias, que estimulavam este culto aos heróis nacionais, motivo pelo qual elas continuaram como uma festa republicana, parcialmente laicizada.

Dizemos parcialmente pois esta cerimônia passava-se no contexto de um templo católico, o único que à época tinha autoridade entre as massas, como os próprios positivistas acreditavam, pois sempre foram "cuidadosos em não agredir o catolicismo, em não criar incompatibilidades" já que reconheciam a "força da tradição católica no Brasil" como também estavam atentos à "concepção de Comte de que entre os católicos se encontravam os ouvintes mais receptivos".⁴³

Nesse período inicial da República, como mencionamos, as exéquias, em especial aquelas destinadas a celebrar os passamentos da recém deposta família imperial brasileira, foram suprimidas por parte do poder republicano recém-instalado, mas logo em seguida retornaram com todo o vigor.⁴⁴ Entre as mais importantes cerimônias ltuosas ocorridas na Vitória da 1ª República temos:

As exéquias de D. Carlos e de D. Luiz de Portugal, celebradas por iniciativa da colônia portuguesa local, na Catedral de Vitória em 1908.

As 9 ½ para as 10 horas da manhã era já grande a concorrência de pessoas no templo, onde, bem no centro da respectiva nave, se erguia rico e vistoso catafalco, artisticamente adornado e em forma de pirâmide, tendo na parte superior um sarcófago e todo ele ladeado de círios cujas luzes brilhantes formavam um conjunto admirável de par com armas ensarilhadas três a três. Na face superior desse catafalco viam-se três lindas coroas de flores artificiais [...] Pontificou-a o Exmo. Revmo. Mons. André Casella, Protonotario apostólico e vigário geral do bispado [...] Deu a guarda de honra formando em frente à Catedral uma companhia de guerra do Corpo de Polícia [...] no adro da igreja a banda do Corpo de Polícia executou marchas fúnebres [...] todos os estabelecimentos comerciais fecharam suas portas enquanto duraram os ofícios religiosos.⁴⁵

Presente na cerimônia toda a alta administração do Estado, a começar pelo presidente Henrique Coutinho e demais autoridades estaduais e municipais e membros da sociedade em geral. Também em outros locais do estado celebraram-se exéquias pelos príncipes portugueses, como em Cachoeiro de Itapemirim:

mandadas celebrar por uma comissão, em nome das famílias brasileiras. O Templo ornamentado de preto, impressionava os fiéis pelo seu aspecto severo. Ao centro da nave erguia-se um vistoso catafalco rodeado de tocheiros, onde se viam os retratos do rei e do príncipe herdeiro, encimados pelos pavilhões português e brasileiro. Em torno do catafalco oito soldados com as armas em funeral, prestavam guarda de honra. Antes de começar a missa, compareceu a colônia italiana tendo à frente o seu estandarte envolto em crepe, que era conduzido pelo agente consular nesta cidade, Sr. Angelo Mignone. Esteve presente à cerimônia s. exa. o sr. Dom Fernando Monteiro, preclaro bispo desta diocese.⁴⁶

46. *O Cachoeirano* (1908, p. 2).

47. *Commercio do Espírito Santo* (1909b, p. 1).

48. *Diário da Manhã* (1912c, p. 2).

Ou as exéquias realizadas no ano seguinte pelo falecimento do presidente Afonso Pena, estas se revestindo, pela importância do defunto, em honras de Estado.

Tiveram a maior solenidade e não menor concorrência as exéquias mandadas celebrar pelo governo do Estado [...] A Catedral do bispado, onde se realizou a impressionante cerimônia religiosa, ostentava pesado luto, que lhe emprestava aspecto sombrio e emocionante. De todos os altares, mor e laterais, colunas, tribunas e púlpitos, pendiam largas faixas negras, encobrendo o dourado das cimbalhas, ao mesmo tempo que das portas e janelas caíam cortinas igualmente negras, vedando a luz [...] o luto e a treva [...] constituíam a nota predominante.⁴⁷

Nessa última não ficou confirmada a presença da eça ou do catafalco. De qualquer forma é certo que este elemento residual das exéquias do Renascimento continuou sendo utilizado ao menos até o final da 1ª República. Importantes exéquias foram realizadas ainda neste período.

Talvez as mais importantes de todas tenham sido as realizadas por conta do passamento do Barão de Rio Branco em 1912. Rio Branco ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores por quatro mandatos presidenciais consecutivos e distintos, configurando-se como uma das unanimidades políticas da época e sendo considerado como o patrono da diplomacia brasileira. Suas exéquias foram realizadas praticamente em todas as capitais brasileiras, além de em diversas capitais estrangeiras – como já dissemos anteriormente.

No Rio de Janeiro, estas cerimônias foram realizadas com enorme aparato na Catedral Metropolitana, de tal forma que a igreja depois da cerimônia ficou aberta ainda dois dias para visitaçã do público “a fim de ser apreciada a ornamentaçã feita para as exéquias”.⁴⁸

49. *Correio da Manhã*,
op. cit., p. 2.

Ao centro da nave, ergue-se um majestoso catafalco de cerca de seis metros de altura todo ele recamado de castiçais de prata, em número aproximado de cento e cinquenta. Ladeando o catafalco e nos seus quatro ângulos estão dispostos grandes tocheiros de prata (Figura 2) [...] Para completar a sua ornamentação o Cardeal Arcoverde solicitou da família do barão o seu espadim e o chapéu armado, que deverão figurar sobre uma rica almofada, na frente do catafalco.⁴⁹

Uma fotografia deste catafalco foi publicada na imprensa coeva – infelizmente de pouca nitidez:

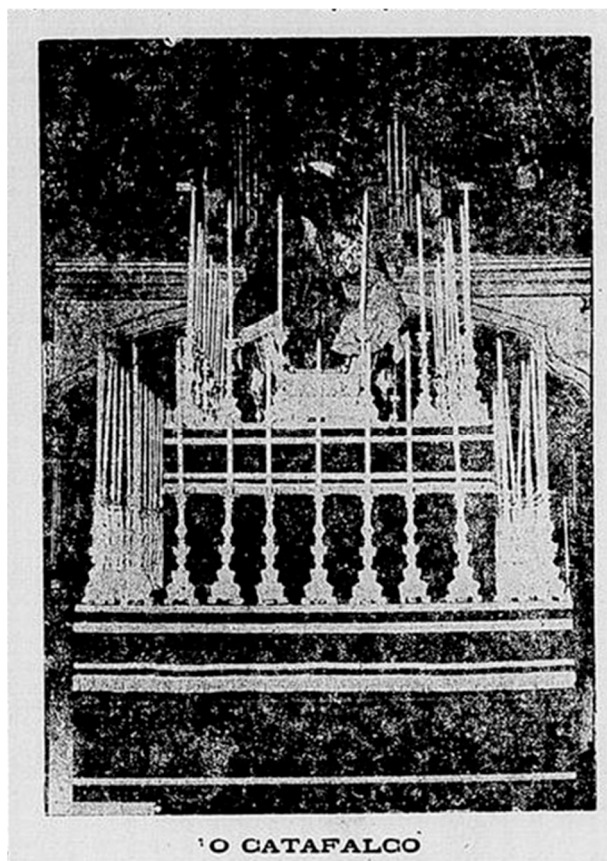


Figura 2 – Exéquias do Barão do Rio Branco na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro – Catafalco. Fonte: *Correio da Manhã* (1912, p. 3).

No Espírito Santo, as comemorações ltuosas das exéquias de Rio Branco não ficaram a dever em pompa e solenidade às da capital da República, dando-se um desconto evidentemente à modéstia da catedral capixaba que à época ocupava ainda o prédio da antiga Matriz colonial. O Governo do Estado, através de decreto, determinou:

Artigo 1º. [...] considerados de luto para o Estado os dias de 10 a 20 do corrente, devendo para esse feito o funcionalismo público estadual e municipal usar, durante esse período, um laço de crepe no braço direito [...] Artigo 2º. Em homenagem à memória do eminente brasileiro, o Estado mandará celebrar exéquias solenes no trigésimo dia do seu passamento.⁵⁰

A preparação foi cuidadosa: houve necessidade de adiar a cerimônia em uma semana por atraso na entrega do material encomendado para a “ornamentação e construção do catafalco que será erigido”.⁵¹ Por determinação do Presidente do Estado foi adquirido “novo fardamento para as praças do corpo militar de polícia. A estreia desse novo fardamento será feita no dia das exéquias”.⁵² O corpo militar do quartel foi visitado com antecedência pelo chefe de polícia do Estado para verificação nas evoluções e execuções de trechos de música, entre elas a marcha fúnebre do compositor paulista José Pinto Tavares.⁵³

As cerimônias foram extraordinariamente concorridas, tendo ficado repleto o vasto templo [...] Ao centro da igreja via-se um rico catafalco, com grandes tocheiros. Todos os lampadários estavam cobertos de crepe. O grande catafalco era imponente, pelo seu tamanho e pela altura, sendo bordado com lindos desenhos prateados. Em cada ângulo ficava uma sentinela com armas em funeral. O Exmo. Sr. Presidente do Estado compareceu [...] O Congresso legislativo compareceu [...] O exmo. sr. bispo diocesano chegou logo após ao presidente dando-se então começo às cerimônias religiosas [...] Ao trono assentou-se o exmo. sr. bispo diocesano [...] A parte musical da solenidade [...] esteve entregue a uma orquestra do corpo policial [...] Não foram distribuídos convites especiais para a solenidade [...] era de presumir que todos os brasileiros prestassem ainda essa homenagem ao inolvidável chanceler. Uma companhia de guerra do corpo militar [...] prestou as continências da pragmática.⁵⁴

É curiosa a ordem de entrada dos membros da elite governamental. O bispo chega imediatamente após o presidente do Estado, quando então inicia-se a cerimônia, simbolicamente reafirmando a primazia da Igreja sobre o poder laico; é presumível que isso tenha acontecido por uma situação *sui generis* no Estado em que o presidente e o bispo diocesano eram irmãos. Destas cerimônias, restaram importantes registros fotográficos, inclusive do interior da Catedral (Figura 3a).

50. *Diário da Manhã* (11.02.1912a, p. 1).

51. *Diário da Manhã* (11.03.1912b, p. 2).

52. *Diário da Manhã* (1912d, p. 2).

53. *Diário da Manhã* (1912e, p. 3).

54. *Diário da Manhã* (1912f, p. 1).



Figura 3a – Interior da Catedral de Vitória com o catafalco construído para as exéquias do Barão de Rio Branco.



Figura 3b – O grupo escolar Gomes Cardim em formação na frente da Catedral à saída das exéquias do Barão. Fontes: Acervo particular e Acervo do APEES (1912).

Enquanto o papel pedagógico das festas do Antigo Regime foi sobretudo o de reforçar a hierarquia das castas sociais através das longas procissões em que a questão da ordem e da precedência era primordial, nas festas positivistas da 1ª República a ideia central era envolver a juventude com o culto cívico aos luminares da nação. Veja por exemplo, no caso de Vitória e do Barão do Rio Branco, como a juventude capixaba foi postada à porta do Templo na saída do culto (Figura 3b), aparentemente, com alunos da escola primária, adeptos que eram os positivistas da ideia de que é função da modesta escola primária a “educação do próprio povo, da qual depende a sorte futura da coletividade inteira”.⁵⁵

As exéquias solenes celebradas em homenagem às grandes personagens da nação tiveram continuidade ao longo de toda a 1ª República capixaba: particularmente citamos as cerimônias em homenagem ao papa Bento XV em 1922 e a Rui Barbosa em 1923, este último tendo recebido no Rio de Janeiro honras de grande líder nacional. Apesar da importância de Rui no cenário nacional e dos “grandiosos funerais”⁵⁶ acontecidos no Rio de Janeiro, em Vitória não teve o mesmo aparato e grandeza que o executado quando das exéquias de Rio Branco.

Ainda em Vitória, embora tenhamos constatado exéquias em datas posteriores, a última em que verificamos a presença de arquitetura do efêmero foi em 1930 quando do falecimento do senador Bernardino Monteiro, um líder político local da importante família dos Monteiro:

O Governo do Estado mandou celebrar [...] em comemoração do 30º dia do passamento [...] solenes Exéquias que se realizaram na Igreja de São Gonçalo. Em meio da nave do templo foi erguido artístico catafalco. Foi grandemente concorrido este ato de religião, estando a ele presentes o exmo. sr. Presidente do Estado.⁵⁷

A partir desta data, as exéquias solenes – com a presença de um aparato efêmero centrado no catafalco – desaparecem, e o termo exéquias passa a ser sinônimo de funeral ou, quando muito, de missa de 30º dia.

ENTRADAS

Entre as inúmeras festas que o Renascimento retomou com pompa e aparato, as Entradas eram as de caráter público mais imponente. Decerto ancoravam a sua tradição no triunfo romano da Antiguidade latina, apropriando-se especificamente

55. João Pinheiro apud: Lins (1964, p. 213).

56. Gonçalves (2000, p. 135).

57. *Vida Capixaba* (1930, n. 232. p. 29).

do arco triunfal, que nesta atualização festiva da Idade Moderna era construído em arquitetura efêmera.

Na cultura portuguesa, realizava-se em duas situações específicas: quando o rei visitava alguma província de seu reino ou quando recebia, pela primeira vez na sua capital, a sua nova consorte,⁵⁸ como na Figura 4, quando da Entrada em Lisboa da esposa de D. Pedro II.

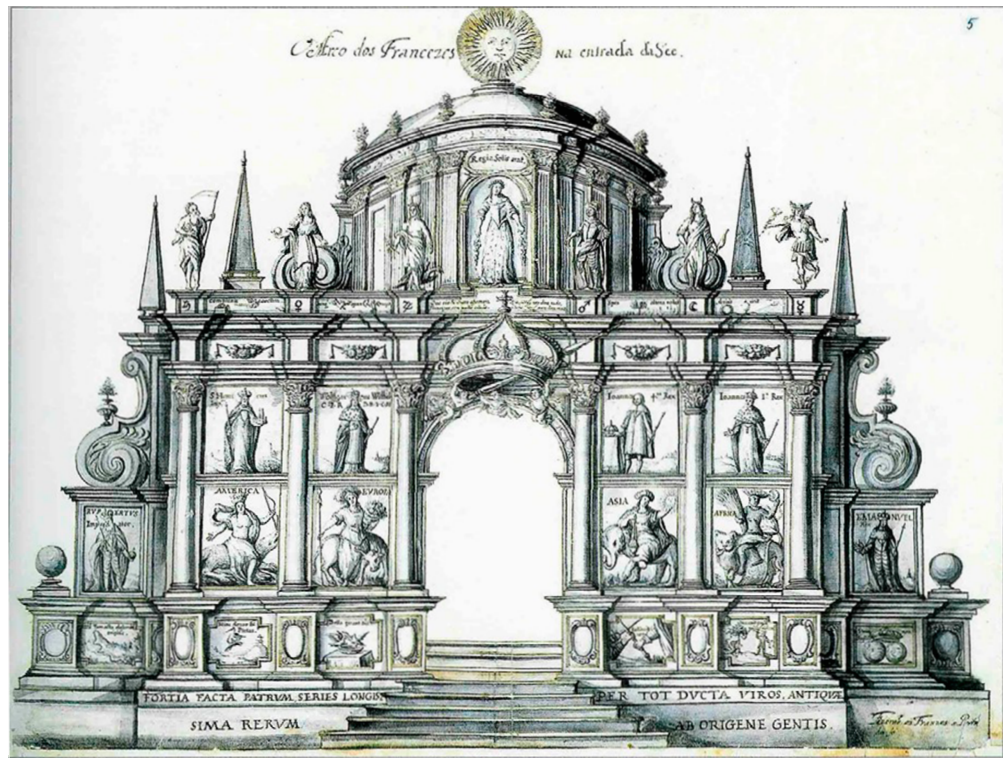


Figura 4 – Arco que a nação dos franceses erigiu em Lisboa para a Entrada de D. Sofia de Neuburg – 1687. Fonte: Pereira (2000, p. 75).

No mundo português na América, onde essas festas com a presença do rei evidentemente não tiveram curso – com exceção do curto período em que a Corte se instalou no Rio de Janeiro –, as Entradas parecem ter se desenvolvido principalmente em torno dos Bispos enquanto os mais altos dignitários existentes no território americano.

Em Portugal, essas festas costumavam ser seguidas de uma ou várias publicações que relatavam os acontecimentos assim como descreviam minuciosamente o décor. Para as festas na América, infelizmente não tivemos tanta profusão de documentação e estes opúsculos restringem-se a duas ou três festividades acontecidas em Salvador e no Rio de Janeiro.

Mas ficamos sabendo, pelo relato do Bispo Coutinho na segunda década do século XIX, que esta prática ainda estava viva e que em cada vila da Capitania do Espírito Santo por onde passou este príncipe da igreja – tanto em 1812 como em 1819 – ele teria sido honrado com um arremedo de Entrada.

Parece que a Entrada acontecida em Vitória no ano de 1819 foi, de todas as prestadas em homenagem a Coutinho, a que mais se aproximou das outrora festas do Antigo Regime, em muito similar, por exemplo, a que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1747 quando da Entrada do Bispo Malheiro e da qual, após a procissão percorrer as ruas ricamente ornadas até a Catedral, seguiu-se comemorações com fogos e três dias de luminárias.⁵⁹ Contudo, a Entrada de Coutinho em Vitória foi mais comedida, pois pelo relato deste último parece não ter sido incluído na festa a construção efêmera dos arcos triunfais construídos no Rio de Janeiro.⁶⁰

A Entrada de Pedro II em Vitória em 1860 – com certeza mais elaborada que a de Coutinho – teve a presença de arco triunfal monumental, como o construído pelos comerciantes no alto da ladeira do palácio, e descrito por um jornal da época como “de cor bronzeada, singela e elegante construção [...] a cúpula interior é de um belo azul marchetado de estrelas por sob a qual e como parte superior do arco, assenta uma marca quadrada em forma de palanque, para as músicas”.⁶¹

Receber o imperador com um aparato festivo que remonta às Entradas do Antigo Regime foi usual no II Império, como alguns registros fotográficos atestam, entre os mais significativos o de um arco erigido em Belém em 1867 quando da passagem do imperador na sua viagem para a América do Norte (Figura 5).

59. Cf. Cunha (1747).

60. Coutinho (2002, p. 108, 110).

61. Rocha (1980, p. 39).

62. *O Estado do Espírito Santo* (1903, p. 1).

63. *O Cachoeirano* (1903a, p. 2).

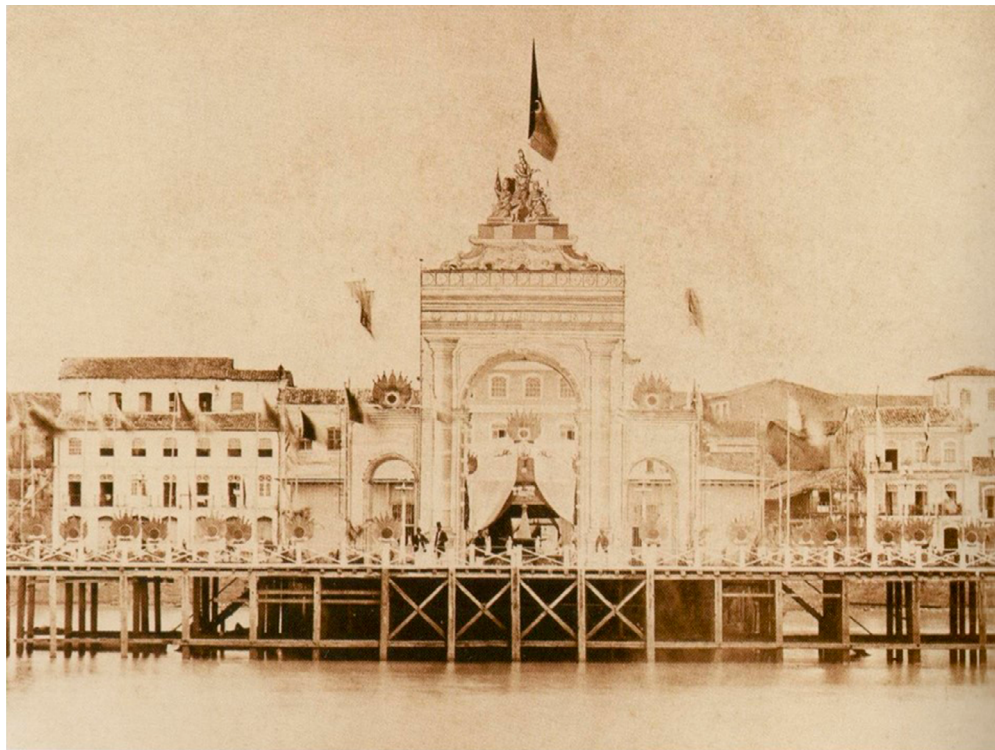


Figura 5 – Arco de triunfo para recepcionar o Imperador Pedro II. Belém, 1867. Fonte: Wikimedia Commons (1867). Foto: Felipe A. Fidanza.

Também, este tipo de festa foi incorporado pelo ideário positivista nas comemorações republicanas. A comemoração do líder político, em particular o representante da nação, mas não apenas, incrementava a constituição da cidadania assim como dos valores cívicos. Era uma cerimônia em que à ordenação militar era acrescentada a ordenação escolar, com caráter pedagógico e moral.

Em julho de 1903, o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Dr. Lauro Muller, e grande comitiva esteve no Espírito Santo, em Cachoeiro de Itapemirim, para a inauguração do trecho da Estrada de Ferro Leopoldina entre Santo Eduardo e Cachoeira:

A cidade estava festivamente adornada e nas ruas o movimento popular era extraordinário.⁶² Todas as ruas artisticamente adornadas, com diversos arcos caprichosamente feitos, e significativos dísticos. Em frente ao prédio em construção, onde deverá funcionar o Governo Municipal, esquina da rua 25 de Março, elevava-se um esmerado arco, graças ao gosto do nosso amigo o Sr. Vicente Salgueiro, tendo numa face as palavras: “Homenagem ao Dr. Lauro Muller” e na outra: “Homenagem ao Dr. Moniz Freire”; um outro arco semelhante elevado na Rua 15 de novembro, tendo numa face “Gratidão cachoeirense” e na outra “Homenagem a Leopoldina”.⁶³

O ministro chegou às 15h, passeou pela cidade onde foi homenageado em frente ao primeiro arco, depois banqueteu-se, seguindo para o Rio de Janeiro e sendo acompanhado até São João do Muqui pelo presidente do Estado – o positivista Moniz Freire.⁶⁴

O mesmo ministro voltou ao Espírito Santo em maio do ano seguinte e desta vez foi a Vitória para a inauguração do 1º trecho da Estrada de Ferro de Vitória a Diamantina. Chegou de navio e, no dia mesmo da chegada, inaugurou as estações de Porto Velho, Cariacica e Alfredo Maia, onde houve *lunch*.⁶⁵ No dia seguinte, embarcou na Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e foi até Engenheiro Reeves, voltando em seguida para Vitória, onde houve grande banquete a noite, no Palácio Anchieta.⁶⁶ O presidente do Estado, em relação à recepção ao ministro, agradeceu o “concurso desinteressado” dos cidadãos Antenor Guimarães, que foi o provedor da iluminação do Palácio, e Raul Varella, responsável pela “decoreção interna e externa do mesmo palácio”.⁶⁷ Não constatamos nesta visita a construção de arquitetura efêmera.

A grande visita na primeira década do novo século a Vitória foi de Nilo Peçanha – a primeira de um presidente da República ao estado – acontecida em junho de 1910. Acompanhado de vários ministros e senadores da República o presidente chegou, proveniente do Rio de Janeiro, na Estação de Argolas em Vila Velha, sendo recebido pelo presidente do Estado e por autoridades locais, em seguida, embarcou numa lancha para atravessar a baía e desembarcou no mesmo local onde, 50 anos antes, havia desembarcado Pedro II.

O antigo cais do imperador – por séculos, tradicional ponto de entrada na cidade – estava festivamente adornado e lotado de populares: subiu a mesma escadaria em direção ao palácio, acompanhado das autoridades locais e sendo ladeado por escolares e militares em formação. Nesta ascensão atravessou um arco do triunfo de onde pendiam “bandeiras e festões, lendo-se em uma das faces, ao alto, a seguinte inscrição ‘O Espírito Santo saúda o preclaro chefe da Nação’ e em outra os dizeres ‘Sejam bem-vindos’”. O arco ostenta profusa iluminação, oferecendo a noite um ótimo aspecto”.⁶⁸ Desse Arco, ficou um registro fotográfico de grande valor (Figura 6).

64. *O Cachoeirano* (1903b, p. 1-2).

65. *O Estado do Espírito Santo* (1904a, p. 1).

66. *O Estado do Espírito Santo* (1904b, p. 1).

67. *O Estado do Espírito Santo* (1904c, p. 2).

68. *Diário da Manhã* (1910, p. 2).

69. *Ibid.*, loc. cit.

70. *Ibid.*

71. A praça João Clímaco, em frente ao Palácio, exercia desde o período colonial a função de ágora político da cidade. Na 1ª República essa função teve continuidade, tanto Nilo Peçanha como Hermes da Fonseca, posicionados na sacada do Palácio, receberam saudação dos líderes locais que discursaram na praça cercados de populares em ovação.

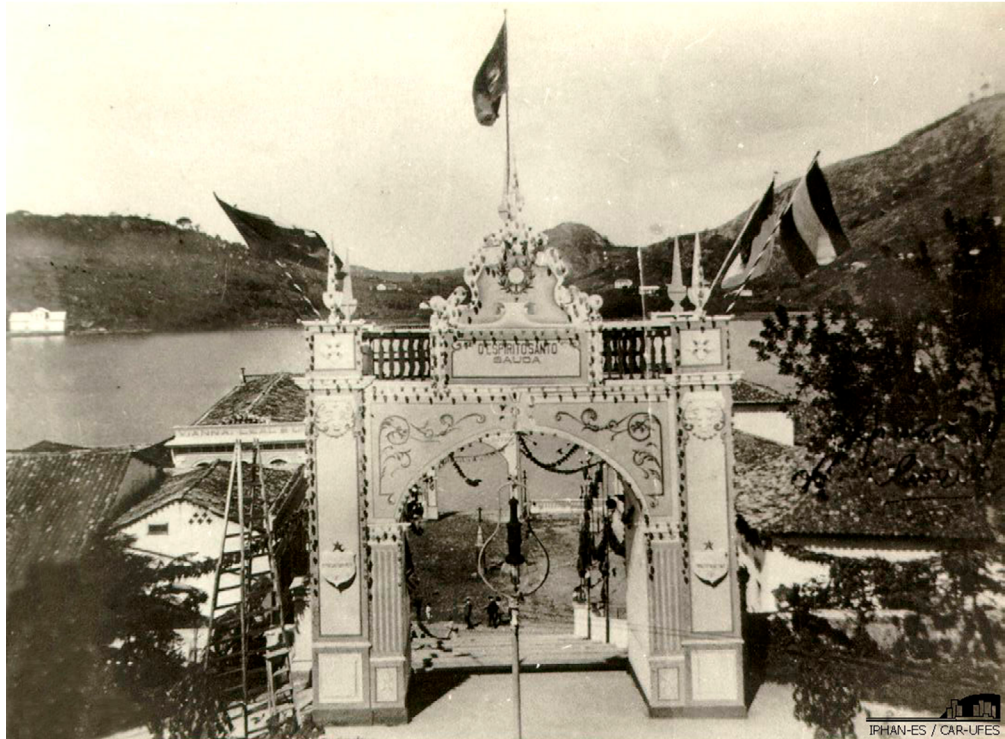


Figura 6 – Arco do Triunfo no topo da escadaria do palácio quando da recepção à Nilo Peçanha em 1910. Fonte: IPHAN – CAR UFES (1910).

Mas não foi a única arquitetura do efêmero construída especificamente para as comemorações. Os diários da época ainda mencionam arquitetura construída na Rua 1º de março, onde “levantam-se dois arcos com as cores do Estado, tendo no alto e ao centro as armas estaduais ostentando lâmpadas elétricas multicolors”⁶⁹ financiados evidentemente com os recursos públicos, mas, tal como nas festas do Antigo Regime, também com a presença de arcos mandados construir com recursos particulares provenientes das corporações profissionais de renome, tal como ainda na mesma rua o arco que ostentava os dizeres “Imprensa Carioca” e, fechando “a decoração desta mesma rua um arco de idêntica confecção dos primeiros e com a inscrição ‘Comércio e Industria Brasileiros’”.⁷⁰ O periódico ainda menciona a construção de arcos em outras ruas e praças da capital, mas as descrições são sucintas e inexistem ilustrações.

No ano seguinte, o Estado foi agraciado com mais uma visita presidencial: Marechal Hermes da Fonseca, em julho de 1911. As festividades foram similares às ocorridas quando da visita de Nilo Peçanha: desembarque festivo, discursos na praça fronteira ao palácio,⁷¹ recepção em palácio seguida de banquete, visita no dia seguinte aos estabelecimentos oficiais de educação (Figura 7), inclusive participando na premiação de eventos desportivos da juventude.

72. *Diário da Manhã* (1911b, p. 2).

73. Novaes, op. cit., p. 412.

Sabe-se, pela imprensa da época que vários arcos de triunfo, conjuntamente com profusa decoração festiva, adornaram as ruas da cidade, um, em especial, posicionado no local tradicional que já havia abrigado o arco de Pedro II e de Nilo Peçanha e que servia até então de “entrada oficial” da cidade: “No cais do Imperador vê-se próximo a escadaria do mar, um belíssimo arco de triunfo representando a União e o Espírito Santo, encimado por uma águia altaneira tendo ao bico uma coroa de louro, sobre o retrato do sr. Marechal”.⁷²

Infelizmente não ficou nenhuma documentação fotográfica deste arco, contudo, pode-se vislumbrar na Figura 7, pertencente ao Arquivo Nacional, um arco de triunfo ao fundo de uma outra rua construído na mesma visita.



Figura 7 – Visita do Presidente Hermes da Fonseca à Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, na Rua Presidente Pedreira, Centro de Vitória-ES, em 22 de julho de 1911. Fonte: Arquivo Nacional (1911).

Ao longo da 1ª República, tivemos outras visitas significativas a Vitória. Inclusive uma visita inesperada do presidente Artur Bernardes em junho de 1926, para visitação ao Convento da Penha⁷³ e uma outra, no mesmo ano, do então presidente eleito Washington Luís. Nenhuma delas, contudo, parece ter ensejado a construção de arquitetura efêmera.

74. *Espírito Santo* (1927, p. 8-9).

75. *Diário da Manhã* (1926, p. 1).

76. Kubler (2005, p. 133).

Desta última sabe-se por relatório governamental que Washington Luís, de passagem para o norte, chegou em 5 de julho de 1926 e foi recebido com honras de estado, ficando hospedado em Palácio. No dia seguinte foi homenageado com banquete e no mesmo dia seguiu viagem.⁷⁴

Apesar de não termos identificado em Vitória a construção de arquitetura efêmera para a recepção do líder recém-eleito da nação, podemos dizer com segurança que, à época, esta prática ainda não tinha desaparecido por completo, pois, ao longo dessa mesma viagem, Washington Luís teria sido recepcionado com essa distinção em outras capitais, como Salvador:

○ O arco do triunfo que está sendo armado no Largo do Teatro terá 20m de altura, tendo no alto a figura emblemática da República, com 3 metros, empunhando um foco luminoso com que aponta a cidade. Esse arco triunfal será munido de 2.000 lâmpadas elétricas e uma faixa luminosa com inscrição.⁷⁵

CONCLUSÃO

○ que pudemos observar ao longo deste artigo é a permanência de práticas comemorativas que tiveram antecedentes em tempos remotos e que foram apropriadas pela 1ª República com outro sentido.

Paradoxalmente, estas festas, na sua origem, tiveram todo um contexto e significado oposto: práticas alegóricas ancestrais que se desenvolveram largamente no Maneirismo e no Barroco Luso-brasileiro com o propósito pedagógico de sustentar a mitologia monárquica e que sobreviveram de forma residual até o final da 1ª República, quando passa a incorporar significância republicana.

Kubler, por exemplo, afirma que a primeira tentativa portuguesa de uma festa do tipo flamenga, com Arcos de Triunfo e arquitetura efêmera diversificada, foi uma Entrada preparada em 1581 em Lisboa para receber Felipe II, e que o sentido destas festas, então, era renovar o compromisso entre a cidade e o absolutismo monárquico, em especial na manutenção dos privilégios da primeira, arduamente conquistados em relação ao segundo. Festas estas que, ainda de acordo com este autor, seriam desconhecidas na própria Espanha e refletem “um estado de espírito em Lisboa semelhante ao dos Países Baixos, onde, durante muito mais gerações do que em Portugal, o povo sofreu a injúria de herdar alianças dinásticas de países estrangeiros ou Governos distantes”.⁷⁶

Na 1ª República essas práticas adotaram a ideologia positivista. Esta corrente de pensamento, que embora não detivesse, literalmente, o poder, sob o ponto de vista cultural, era a mais organizada e influente, tendo sido o “positivismo difuso” propagado através de importantes instituições, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Medicina de São Paulo,⁷⁷ observando-se que toda a elite cultural da época era predominantemente médica, engenheira ou jurista.

José Murilo de Carvalho⁷⁸ demonstra como importantes monumentos republicanos, como os dedicados à Floriano Peixoto e à Benjamin Constant, ambos no Rio de Janeiro, foram concebidos sob a diretriz daquilo que poderíamos chamar de uma estética positivista.

Esta estética, ao nosso ver, estava mais relacionada à simbologia que incorporava do que propriamente a um estilo artístico, sendo este último o estilo conservador que vigorava no meio acadêmico de então. Torres é da mesma opinião, observando que “como na escultura (positivista), na pintura (positivista) domina também o academicismo” e completando: “Com relação ao que fizeram os positivistas brasileiros, nada mais houve que a adaptação da técnica da alegoria clássica às necessidades de propaganda”.⁷⁹

No projeto ideológico de construção de uma nação e de seus cidadãos, os positivistas da 1ª República destruíram os símbolos do passado monárquico, mas impuseram um novo ideário simbólico, em todos os aspectos mais democrático, porque fazia não apenas uso de um simbolismo simplificado, mas também envolvia de forma participativa a juventude – futuro da nação – nestas atividades; fosse através dos desfiles escolares em exéquias e entradas (Figura 3b), das visitas dos líderes republicanos aos estabelecimentos de ensino (Figura 7) ou da presença destes nas premiações das atividades desportivas locais.

Estes símbolos remontavam em geral aos da República Romana – referência histórica maior para os positivistas do que a democracia grega, já que a proposta positivista de governo recaía preferencialmente na de uma ditadura republicana:⁸⁰ vemos assim, em obras com programas iconográficos complexos como o do Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro, a predominância de símbolos romanos como a águia, o *fascio* ou mesmo a gigantesca cúpula do plenário que não apenas referencia o Panteão romano, mas também alia aos símbolos clássicos nos seus vitrais, uma representação iconográfica do céu da nação na noite do 7 de setembro.⁸¹

É curioso notar como a recepção a estadistas nacionais ou estrangeiros durante a 1ª República manteve seu vínculo com o ritual da Entrada do Antigo Regime através da permanência residual do arco do triunfo romano, ainda que com alegorias simplificadas e distintas, mas sempre com a presença dos símbolos triunfais da águia ou o da coroa de louros.

77. Ribeiro (2021, p. 90).

78. Carvalho (2017, p.45 e s.).

79. Torres (2018, p. 260-261).

80. *Ibid.* p. 56.

81. Leite e Ribeiro, *op. cit.* p. 34.

82. *O Paiz* (1899, p. 1).

83. *A Notícia* (1900, p. 1).

84. *Diário da Manhã* (1908, p. 2).

85. *Diário da Manhã* (1910, p. 1).

86. *Diário da Manhã* (1911a, p.2).

87. *Diário da Manhã* (1917, p. 1).

88. Embora possamos ver como aspectos residuais destas práticas, arcos de triunfo na entrada de feiras expositivas, ou mesmo na entrada de pequenas cidades, que perduram até os dias de hoje.

89. Leite e Ribeiro, op. cit., p. 41.

Porém, estas festas ensaiaram, além disso, uma modernização, em especial com a introdução de novas práticas, sendo a mais curiosa delas a “festa veneziana”, aparentemente de origem aristocrática, pois acontecia em embarcações na baía e era acompanhada por fogos de artifícios que sempre estiveram presentes em festas reais.

Na capital da República, por exemplo, a festa veneziana foi introduzida em 1899 na Enseada de Botafogo quando da visita do presidente argentino General Júlio Roca.⁸² Houve, depois, festas do gênero nas comemorações do 4º centenário do descobrimento do Brasil⁸³ e na inauguração da exposição comemorativa do centenário da abertura dos portos.⁸⁴

Em Vitória, a recepção a Nilo Peçanha em 1910 comportou festa veneziana ocorrida na baía de Vitória, em frente ao palácio, à noite e imediatamente antes do banquete programado e teria sido conduzida pelos times de remo da cidade, que engalanaram com lanternas os seus barcos.⁸⁵

No ano seguinte, pensou-se em recepcionar Hermes da Fonseca da mesma forma, mas os recursos parcos do tesouro público impediram a organização da festa veneziana.⁸⁶ Posteriormente, essas festas aquáticas passaram a ocorrer no lago artificial do Parque Moscoso,⁸⁷ principal parque da cidade construído pelo governo Jerônimo Monteiro e novo cartão postal da cidade.

Estas últimas festas me parecem uma tentativa “desesperada” dos ideólogos da 1ª República de fomentarem e modernizarem o culto cívico aos expoentes sociais, base daquilo que designavam como Religião da Humanidade.

Tentativas infrutíferas, pois, após a 1ª República, todas essas festas tinham desaparecido.⁸⁸ Um dos motivos, sem dúvida, deve ter sido o pensamento avesso a “alegorismos” que passa a prevalecer na arte moderna que substituiu o academicismo, e que, a partir do Estado Novo, toma inclusive relevância de caráter oficial.

As experiências alegóricas do positivismo – como o complexo programa iconográfico da fachada do Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro – foram o último suspiro de uma prática presente na arte Luso-brasileira desde o Renascimento. A partir do advento da arquitetura moderna, esta prática desaparece. Como havíamos escrito em um outro texto:

A arquitetura moderna da primeira metade do século XX não apenas se livrou de todo ornato como se fosse crime (Adolf Loos), como também se associou a vanguardas artísticas que se orientavam por princípios não figurativos – tais como os construtivistas e os suprematistas – e, nas artes visuais, a ausência da figuração impede toda possibilidade de comunicação alegórica.⁸⁹

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

SOARES, Antônio F. *Relação dos Magníficos carros que se fizerão de arquitetura, prespectiva e fogos*. Os quais, se executaram Por Ordem do Ilustmo. e Excelmo. Senhor Luis de Vasconcelos, Capitão General de Mar e Terra, e Vice Rei dos Estados do Brazil, nas Festividades dos Despozorios Dos Serenissimos Senhores Infantes de Portugal – Rio de Janeiro. Em 2 de Fevereiro de 1786. Feita na Praça mais Lustroza, e publica do Paseio desta Cidade. Rio de Janeiro: s/e, 1786. Manuscrito pertencente à Biblioteca do IHGB.

FONTES IMPRESSAS

A FOLHA DA VICTORIA. Vitória: [s. n.], 24 dez. 1885.

A IMPRENSA. Rio de Janeiro: [s. n.], 17 fev. 1912.

A NOTÍCIA. Rio de Janeiro: [s. n.], 2 maio 1900.

A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: [s. n.], 17 nov. 1889.

BLUTEAU, Padre Rafael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio de Jesus, 1712-1728.

BRELIN, Johan. *De passagem pelo Brasil e Portugal em 1756*. Lisboa, Casa Portuguesa, 1955.

BRITO, Francisco R. Saturnino de. *Projecto de um Novo Arrabalde*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil; Vitória: APEES, 1996. Fac-símile da edição original de 1896.

COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: [s. n.], 4 dez. 1892.

COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: [s. n.], 15 jun. 1909a.

COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: [s. n.], 13 jul. 1909b.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: [s. n.], 16 fev. 1912.

CORREIO DA VICTORIA. Vitória: [s. n.], 12 set. 1849.

CORREIO DA VICTORIA. Vitória: [s. n.], 29 mar. 1871.

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo Bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à Capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural, 2002.

CUNHA, Luiz A. Rosado da. *Relação da Entrada que fez o Exmo e Revmo. Sr. D. Fr. Antonio do Desterro Malbeyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747 [...]*. Rio de Janeiro: Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747.

DAEMON, Basílio de Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010 [1879].

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 13 out. 1908.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 28 jun. 1910.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 22 jun. 1911a.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 22 jul. 1911b.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 19 maio 1917.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 11 fev. 1912a.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 11 mar. 1912b.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 12 mar. 1912c.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 13 mar. 1912d.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 15 mar. 1912e.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 16 mar. 1912f.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 2 mar. 1920.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s. n.], 12 ago. 1926.

ESPÍRITO SANTO. *Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos [...] ao Congresso Legislativo, na 3ª seção ordinária 12ª legislatura*. Vitória: [s. n.], 30 abr. 1927.

FERREIRA, Francisco Leitam. *Idea Poetica, Epithalamica, Panegyrica, que servio no Arco Triunfal, que a Nação Italiana mandou levantar na occafião em que as Mageftades dos Sereniffimos Reys de Portugal [...] foram à cathedral de Lisboa no dia de Sabbado 22 de Dezembro de 1708*. Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1709.

HAWKESWORTH, John (Org.). *An account of the voyages undertaken by the order of his present Majesty for making difcoveries in the Southern Hemifphere, and fucceffively performd by: Commodore Byron, Captain Wallis, Captain Carteret and Captain Cook [...]*. London: W. Strahan & T. Cadell, 1773. 3 v.

HOMERO. *Iliada*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Campinas: Sétimo Selo, 2022.

MINAS GERAIS. Belo Horizonte: [s. n.], 29 set. 1898.

MORAES E SILVA, Antônio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa. Imprensa Régia, 1831.

O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ES: [s. n.], 26 jul. 1903a.

O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ES: [s. n.], 31 jul. 1903b.

O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ES: [s. n.], 13 fev. 1908.

O ESPÍRITO SANTENSE. Vitória: [s. n.], 12 jun. 1880a.

O ESPÍRITO SANTENSE. Vitória: [s. n.], 17 nov. 1880b.

O ESPÍRITO SANTENSE. Vitória: [s. n.], 30 mar. 1871.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória [s. n.], 28 jul. 1903.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: [s. n.], 14 maio 1904a.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória [s. n.], 15 maio 1904b.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: [s. n.], 22 maio 1904c.

O PAÍZ. Rio de Janeiro: [s. n.], 6 ago. 1899.

VIDA CAPIXABA. Vitória: [n. 232], 19 jun. 1930.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ALONSO, Ângela M. De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto. *In: XIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1995, Caxambu (MG). Anais [...].* São Paulo: ANPOCS, 1995. p. 1-20.

BONICENHA, Wallace. *Devoção e caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória-ES.* Vitória: Multiplicidade, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 135-161. 2000.

HAZARD, Paul. *El pensamiento europeo en el siglo XVIII.* Madrid: Alianza Universidad, 1991.

KUBLER, George. *A arquitectura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes (1521-1706).* 2. ed. Lisboa: Nova Veja, 2005.

LEITE, Luis Eugênio T.; RIBEIRO, Nelson Pôrto. *O Rio que o Rio não vê: os símbolos e seus significados na arquitetura civil do centro da cidade do Rio de Janeiro.* São Paulo: Aori, 2012.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

MARAVALL, José António. *La cultura del Barroco.* Barcelona: Ariel, 1996.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo.* Vitória: Fundo Editorial do ES, 1968.

OLIVEIRA, José T. de. *História do Estado do Espírito Santo.* 3. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PEREIRA, João Castel-Branco *et al.* (Coord). *Arte efêmera em Portugal.* Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 2000.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. A engenharia, o positivismo e a imprensa no Espírito Santo do século XIX. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, Vitória, ano 5, n. 9, p. 83-94. 2021.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. *Espaço e iconologia na arte de Mestre Valentim: aspectos da cultura barroca na arquitetura da América portuguesa do século XVIII.* Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

ROCHA, Levy Curcio da. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Revista Continente; Brasília, DF: INL, 1980.

STAROBINSKI, Jean. *L'Invention de la liberté*. Genève: Albert Skira, 1994.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. 2. ed. rev. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2018.

Artigo apresentado em: 08/05/2022. Aprovado em: 25/10/2022.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License